

PROJETO-PILOTO
DISCIPLINA “RELIGIÕES DO MUNDO”
um projeto integrado no
Projeto REC XXI (Religião, Educação e Cidadania)
www.religioesdomundo.ulusofona.pt

RELATÓRIO DO PROJETO APLICADO NA ESCOLA “OS APRENDIZES”
(Avaliação do 5º e 6º ano do 2º Ciclo do Ensino Básico nos anos letivos de
2015/2016 e 2016/2017)

**(Expetativas e Realidades. Resultado de um Inquérito aos
Encarregados de Educação)**

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	04
2. A constituição da Equipa.....	06
3. A Liberdade Religiosa em Portugal: enquadramento contextualizado.....	07
4. O estado do ensino religioso português no cenário europeu.....	11
5. O ensino religioso confessional e o não confessional em Portugal e a sua importância nas escolas.....	13
6. “Religiões do Mundo”: Valores, Espiritualidades e Religião (V.E.R.).....	15
6.1. Projeto Pedagógico e Cívico: o contexto.....	15
6.2. O papel das autoridades locais como parceiros dinamizadores de formação cívica.....	16
6.3. Projeto Pedagógico e Cívico: o protocolo.....	19
6.4. Caracterização da Escola “Os Aprendizes”.....	20
6.5. A Disciplina de “Religiões do Mundo – V.E.R.”.....	23
7. Metodologia e Métodos.....	25
7.1. Metodologia.....	25
7.2. Métodos por Módulos.....	26
7.3. Os Objetivos dos Módulos.....	27
7.4. As Metas Curriculares da Disciplina “Religiões do Mundo – V.E.R.”.....	28
8. Parecer dos Encarregados de Educação: o inquérito.....	30
NOTAS FINAIS.....	37
GRÁFICOS
Gráfico 1. População residente em Portugal segundo a religião, entre 1991 e 2011 em percentagem.....	19
Gráfico 2. Considera pertinente uma disciplina como a “Religiões do Mundo”.....	31
Gráfico 3. Acredita que, conhecendo mais sobre as diferenças religiões do mundo, os alunos estejam mais preparados para compreender as realidades que os rodeiam.....	32
Gráfico 4. Entende que a todas as crianças e jovens, se devia dar a oportunidade de ter uma disciplina como esta?.....	33

Gráfico 5. Considera que foi uma boa iniciativa pedagógica, da parte da Escola “Os Aprendizizes”, acolher esta disciplina?.....	33
Gráfico 6. A disciplina “Religiões do Mundo” foi de encontro às tuas expectativas e discutiu temas que te parecem relevantes?.....	34
Gráfico 7. O que acredita ser pertinente/mais pertinente ser discutido nesta disciplina?.....	35
Gráfico 8. Considera compatível o conteúdo da disciplina com a crença individual dos alunos?.....	36
Gráfico 9. Avalie o quanto esta disciplina se enquadra no contexto de uma formação para a cidadania.....	37
Gráfico 10. Avalie o quanto de interesse tem o conhecimento desta disciplina na reflexão e debate sobre a crise humanitária mediterrânea dos refugiados.....	38
QUADROS	
Quadro 1. Projeto Pedagógico e Cívico – o Protocolo.....	19
Quadro 2. Metas curriculares para o ano letivo 2015-2016 da disciplina “Religiões do Mundo – V.E.R.....	29

NOTA INTRODUTÓRIA

O projeto-piloto “RELIGIÕES DO MUNDO: Valores, Espiritualidade e Religiões” foi uma iniciativa desenvolvida pela Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) no ano de 2015, direcionado aos alunos do 5º e 6º ano e aplicado na Escola “Os Aprendizizes”, situada em Cascais, Portugal durante os anos letivos de 2015/2016 e 2016-2017 e, que hoje faz parte de um projeto maior intitulado “REC XXI (RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA), cujo objetivo é o de integrar outros projetos, como o que apresentámos aqui.

A proposta para o projeto que ora partilhamos nasceu e foi desenvolvida a partir da observação da necessidade de uma disciplina escolar que fosse complementar, mas não competitiva com a disciplina de “Educação Moral e Religiosa”.

Esta necessidade vem sendo observada e confirmada com o passar do tempo no contexto tanto da educação, como no da religião. O que nos leva a refletir sobre os resultados que conseguimos obter com esta aplicação do projeto, num primeiro momento, na Escola “Os aprendizizes”.

A equipa multidisciplinar de investigadores que deu forma a este projeto moveu-se pela hipótese de partida de uma disciplina de Valores, Espiritualidade e Religiões poder promover a cidadania, possibilitar a formação de valores cívicos e mais conscientes e mais participativos e estruturar o pensamento e atuação das crianças e jovens.

Neste sentido, a área científica da Ciência das Religiões, inserida na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA), como uma das unidades orgânicas da Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias, preconiza o ensino do fenómeno religioso, de forma não-confessional, de um modo isento, rigoroso e equidistante. A promoção do diálogo entre a investigação e as religiões é feita de um modo neutro, mas ativo, não abdicando dos valores de participação e cidadania, assim como do conhecimento científico e crítico.

O que poderão encontrar aqui, em primeiro lugar, ainda que de forma sumária, após a apresentação da equipa da área de Ciência das Religiões, que participou deste projeto, são as questões de ordem histórica, social e jurídica que acompanham os processos no contexto da religião e as suas dinâmicas presentes em Portugal, enquanto país laico.

Num segundo momento, abordamos a estrutura do projeto e dos seus pressupostos, bem como a sua metodologia e métodos, os quais foram aplicados na Escola “Os Aprendizizes” que aceitou o desafio de os colocar em prática.

As características desta escola, a sua Visão, Missão e Valores contribuíram com os propósitos do projeto-piloto aqui apresentado, sendo possível a realização de um Protocolo de Cooperação entre a área de estudos de Ciência das Religiões e a Escola “Os Aprendizizes”.

Para concluir, apresentamos um breve questionário distribuído aos encarregados de educação, onde se incluem os pais de alguns dos alunos que participaram do projeto, com o objetivo de percebermos as suas Expectativas e as Realidades sobre os temas abordados nas aulas e, por fim, as Breves Considerações e as Referências Bibliográficas.

2. Constituição da Equipa

Este Projeto-piloto, cujo Relatório é apresentado aqui, é o resultado da iniciativa de uma vasta equipa empenhada em trabalhar três temáticas muito importantes para a sociedade portuguesa: a Educação, a Religião e a Cidadania.

O trabalho decorreu por cerca de um ano e o seu desenvolvimento esteve a cargo de uma equipa pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar envolvendo investigadores, tanto da ULHT, como de outras universidades, assim como técnicos e especialistas nas temáticas.

A descrição da constituição da equipa é feita de forma sucinta, porém, cabe-nos agradecer a todas as pessoas da Escola “Os Aprendizes”, aos pais dos alunos, às autoridades locais dinamizadoras e parceiras desse processo cívico, que permitiram que o trabalho pudesse ser realizado com sucesso, possibilitando que agora todos/as nós tenhamos acesso a estes resultados.

O trabalho da equipa foi coordenado por Paulo Mendes Pinto, Coordenador da Área de Ciência das Religiões da ULHT.

Quanto a equipa, foi composta por:

- Solange Martinho, Doutoranda em Estudos de Comunicação, Tecnologia, Sociedade e Cultura-ULHT. Mestranda em Ciência das Religiões – ULHT. Mestre em Ecologia Humana – FCSH-UNL. Licenciada em Sociologia – FCSH –UNL. Investigadora no Núcleo de Investigação em Género e Religião (NIGER) e no Instituto de Cristianismo Contemporâneo (ICC)-ULHT.
- Rui Lomelino de Freitas, Mestrando em Ciência das Religiões-ULHT. Investigador Integrado na Área de Ciência das Religiões-ULHT. Coordenador da Linha de Investigação em Gnose e Esoterismo Ocidental-ULHT.
- Fernando Catarino, Doutorando em Ciências da Comunicação-ULHT. Mestre em Ciências Religiosas com especialização na docência de EMRC pela Universidade Católica Portuguesa (UCP). CICANT (Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. Investigador Integrado na Área de Ciência das Religiões-ULHT. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER).

- Joaquim Franco, Mestrando em Ciência das Religiões-ULHT. Jornalista na Linha das Religiões Ocidentais. Pós-Graduação em Religiões, Doutrinas e Políticas Sociais-ULHT. Coordenador do Observatório de Liberdade Religiosa.
- Mariana Vital, Mestranda em Ciência das Religiões-ULHT. Investigadora no Núcleo de Investigação em Género e Religião (NIGER). Coordenadora do Observatório de Liberdade Religiosa (OLR)-ULHT.
- Alexandre Honrado, Licenciado em Ciências Históricas e Pós-Graduado em História-FCSH-UNL. Investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias. Investigador do CPES e Coordenador do Núcleo de Investigação Nelson Mandela. Doutorando em Comunicação e Cultura. Universidade de Lisboa.
- António Faria, Licenciado em Ciência das Religiões-ULHT. Pós-Graduado em Filosofia-FLUL. Pós-Graduado em Ciência das Religiões-UHLT. Coordenador da Linha de Investigação em Cosmovisões da Ásia do Centro de Investigação em Cosmovisões e Mundividências Espirituais e Religiosas (CICMER).
- Jorge Moniz, Doutorando em Ciência Política na Universidade Nova de Lisboa-UNL. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-Portugal) na UNL e na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.
- Sofia Sousa Claro, Investigadora na Área de Ciência das Religiões da ULHT. Mestranda em Ciência das Religiões da ULHT.

3. A Liberdade Religiosa em Portugal: enquadramento contextualizado

Em primeiro lugar, ainda que sucintamente, é necessário situar os pressupostos de conceção do Projeto-Piloto “Religiões do Mundo: Valores, Espiritualidade e Religiões” (V.E.R) no quadro da Liberdade Religiosa, pela qual Portugal se rege na atualidade. Como refere (Pinto et al, 2018^a, p. 9-10)¹, “a liberdade religiosa poderá, por um lado, dar lugar às várias manifestações de fé

¹ Pinto, M, Paulo et al. *A Percepção da Liberdade Religiosa em Portugal entre as Lideranças Evangélicas*. In: Revista REVER, PUCSP. no Prelo.

que Portugal acolhe devido ao fluxo migratório constante no seu território e, por outro, por estas mesmas manifestações ainda serem “desconhecidas” pela maior parte da sociedade portuguesa”. Assim, a Área da Ciência das Religiões que conhece essa realidade, pretende com este primeiro projeto propor uma abertura na contribuição das desconstruções destas realidades.

Ainda referindo (Pinto et al, 2018b, p.10-12), “as mudanças histórico-sociais (desde a expulsão dos muçulmanos e judeus e, logo a seguir, com a conversão forçadas dos segundos, e com o catolicismo triunfante, até às revoluções liberais de 1820 (Pinto, 2006). (...) O catolicismo triunfante do século XV e a ausência histórica de experiências pluralistas religiosas no país marcaram, de forma indelével, o monolitismo religioso português”.

E, também pelas mudanças jurídicas pelas quais a sociedade portuguesa passou até atingir o seu grau de liberdade religiosa da qual todos os seus cidadãos usufruem nos dias de hoje, que ainda se encontra em construção em alguns setores da vida religiosa quotidiana dos cidadãos, nomeadamente nas escolas. Estas mudanças jurídicas, segundo (Pinto et al, 2018c, p. 14), ocorrem conforme:

(...) A transição democrática e a Constituição de 1976 abriram portas a um novo Portugal. Todavia, as relações com a Igreja católica manter-se-iam idênticas (no plano formal). A vigência dos diplomas legais de 1940 seria apenas tocada pelo protocolo adicional de 1975, perdurando até ao século XXI quando a LLR – Lei da Liberdade Religiosa de 2001 conduzem Estado e Igreja para uma nova concordata nascida em 2004. Com efeito, o sistema de relações Estado-igrejas implementado pela Constituição de 1976 assume a neutralidade, a igualdade de tratamento e a separação entre o Estado e confissões religiosas (artigo 41º). A liberdade religiosa surge associada à liberdade de consciência, não obstante as suas diferenças já citadas. Assim sendo, temos a liberdade de manifestação religiosa, separadamente ou em conjunto, em público ou em privado, através do ensino, da prática, do culto ou dos ritos – em consonância com o artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A garantia, no nº 2 do artigo 41º, dos direitos e obrigações ou deveres cívicos, independentemente das convicções e práticas religiosas; no nº 3, a proteção do sigilo da opção religiosa individual; e no nº 6, a objeção de consciência por motivos de crença ou convicção. Por seu turno, a LLR, no nº 1 do artigo 4º, afirma o princípio da não-confessionalidade do Estado, ou seja, a não adoção de qualquer religião por parte do Estado e o seu não pronunciamento sobre assuntos religiosos. Mas também, com vista à liberdade e à tolerância, a cooperação com as igrejas e comunidades religiosas radicadas em Portugal, mediante a sua representatividade (artigo 5º); a aplicação do princípio da tolerância para salvaguardar a liberdade de cada crença (artigo 7º); e a proteção dos direitos individuais e colectivos de liberdade religiosa (artigo 8º e seguintes). Não obstante estas provisões jurídicas sobre liberdade, igualdade

e separação, segundo Canas (2008: 477), o princípio da igualdade não é completamente aplicado e o da separação deve ser interpretado de maneira muito reservada. Se, por um lado, a LLR foi um passo importante rumo à igualdade de tratamento, permitindo às igrejas e confissões religiosas estabelecer acordos com o Estado em matérias de interesse comum; por outro, a mesma lei não só não incentiva nem favorece estes acordos², como ainda estabelece um lugar privilegiado para a Igreja (artigo 58º), mantendo a força das Concordatas de 1940 e 2004³ (Brito, 2006: 163-164). O direito português estabelece, por conseguinte, uma hierarquização entre igrejas e cultos (Canas, 2008: 480-485). No cume, as igrejas e cultos instalados à longa data ou *radicados* no país⁴ – com particular destaque para a Igreja, por conta do estatuto particular conferido pelo tratado internacional concordatário⁵; depois, aqueles que se encontram registados e que possuem personalidade jurídica enquanto pessoas morais religiosas⁶; e, por fim, igrejas e cultos sem personalidade jurídica por consequência da ausência de registo, (PINTO et al, 2018c, p. 14).

De acordo com o Observatório das Migrações (OM), as Estatísticas da Diversidade Religiosa em Portugal para a caracterização da diversidade religiosa, ainda aponta alguns desafios na obtenção de dados concretos sobre a real situação da diversidade religiosa, uma vez que as questões colocadas pelo Censo à população, relativamente a confissão de fé, pode não corresponder as respostas obtidas uma vez que a resposta por parte da população, não é obrigatória. Assim, segundo os dados obtidos no Observatório das Migrações:⁷

² A opinião geral da Comissão para Negociação da LLR foi de que a proliferação de acordos tende a aumentar as desigualdades (Brito, 2006: 163-164). Assim, o Estado deverá evitar negociá-los se o objetivo de tais acordos puder ser alcançado pela normal aplicação da LLR.

³ Situação de desigualdade que se defende encontrar de acordo com o princípio do tratamento igual face à importância social da Igreja em Portugal – o preceito legal do tratar o igual como igual e o desigual como desigual (Moniz, 2016b: 185).

⁴ Em 2011 eram cinquenta, entre as quais: a Igreja católica, a Aliança Evangélica Portuguesa e as comunidades islâmica e israelita. Os critérios para serem considerados como radicados em Portugal são: estar há 30 anos, de forma organizada, no país ou há 60 anos no estrangeiro e, pelo número de membros e pela sua história em Portugal, ser expectável que a sua estrutura perdure. Estas ganham direitos particulares, v.g., validade civil do casamento religioso, o reembolso do IVA, a percepção de 0,5% dos rendimentos dos contribuintes, acesso ao tempo de antena na televisão e rádio públicas, possibilidade de assegurar cursos de religião e moral nas escolas públicas, entre outros (Moniz, 2016b: 185-186).

⁵ A própria aquisição de estatuto de pessoa jurídica moral é adquirida de maneira diferente, visto que a Igreja e os demais cultos se encontram sujeitos a regimes jurídicos diferentes. O estatuto da Igreja é reconhecido pela assinatura dum convenção de direito internacional e o das outras igrejas através do registo de cultos criado pelo decreto-lei 134/2003.

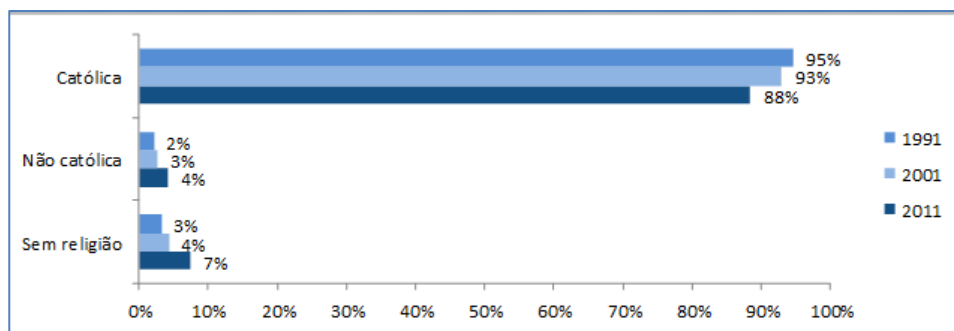
⁶ Em 2013 eram mais de 730, um aumento de 11% face a 2010 (Moniz, 2016b: 185).

⁷ Observatório das Migrações (2018). Estatísticas da Diversidade Religiosa em Portugal. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

(...) Os Recenseamentos Gerais da População (Censos) promovidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a pergunta sobre religião foi colocada nos Censos de 1991, 2001 e 2011 e encontra-se formulada simplesmente como “Indique qual é a sua religião”, face ao que o entrevistado deve escolher uma de oito alternativas: católica; ortodoxa; protestante; outra cristã; judaica; muçulmana; outra não cristã; ou sem religião. Trata-se, pois, de uma pergunta de resposta única, o que não permite alguma ambivalência de situações que as pessoas eventualmente vivem. Por outro lado, é também uma pergunta do tipo que é qualificado como “fechada”, não permitindo ao entrevistado especificar qual a confissão minoritária a que eventualmente pertencerá. Sendo as modalidades de resposta disponíveis poucas e muito genéricas, fica impossibilitada uma análise mais fina. Passando aos números, verifica-se desde logo que tem vindo a diminuir o número de pessoas que recusam responder à pergunta (direito consagrado no n.º 5 do artigo 41.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 226/2009, de 14 de Setembro): em 1991 foram 18% as pessoas elegíveis que recusaram responder à questão, passando mas em 2011 para apenas 8% (menos 10 pontos percentuais). Deve atender-se que entre 1991 e 2001 procedeu-se a uma revisão da idade da elegibilidade para esta pergunta de 12 anos de idade para 15. Focando nas pessoas que efetivamente responderam à questão, verifica-se que nos três momentos censitários a maioria declarava ter como religião o catolicismo apostólico romano: 95% nos Censos de 1991 (o correspondente a 6,5 milhões de residentes em Portugal), 93% em 2001 (7,4 milhões) e 88% em 2011 (7,3 milhões). Verifica-se, porém, que entre 1991 e 2011 aumentou a diversidade religiosa em Portugal, tendo aumentado em números absolutos e em importância relativa os respondentes que declararam ter uma religião distinta da católica: 2% em 1991 (o correspondente a 150 mil residentes em Portugal), 3% em 2001 (216 mil respondentes) e 4% em 2011 (348 mil). De forma concomitante, verifica-se ainda uma tendência de crescimento do número de pessoas que se declaram sem religião (3% em 1991, 4% em 2001, chegando aos 7% em 2011).

As informações obtidas no OM foram adquiridas através do último Censo em Portugal e são representadas pelo Gráfico 1. População residente em Portugal segundo a religião, entre 1991 e 2011 em percentagem.

Gráfico 1. População residente em Portugal segundo a religião, entre 1991 e 2011 em percentagem.



Fonte: www.om.acm.gov.pt – Lista de Conteúdos, 2018. Acesso em: 20 ago. 2018.

Face ao enquadramento do contexto religioso apresentado pela real situação social e jurídica atualmente encontrada em Portugal, seguimos para o cenário do ensino religioso em Portugal.

4. O estado do ensino religioso português no cenário europeu

Desde o século XVIII com as diversas Revoluções (Liberal, Comercial, Industrial e Científica) que a Europa enfrentou envolvendo não só a burguesia como também a classe aristocrática, o ensino em geral e sobretudo em particular o ensino religioso sofre profundas alterações que são identificadas por (Catarino & Junqueira, 2015a, p. 25) e que determinam a atualidade do ensino religioso em Portugal:

(...) Progressivamente, os Estados passaram a ocupar-se da Educação, como na Alemanha, sobretudo na Prússia, onde o governo reconhece a necessidade de investimento nessa área, e a rede de escolas elementares, tornadas obrigatórias, foi ampliada, com preocupação a respeito de método e conteúdo de ensino. Dessa forma, a escola no século XVIII foi vista como elemento essencial no crescimento da população e, portanto, preocupação da Coroa. Ainda segundo os autores, “era demonstrado que a Europa ansiava por um novo ser humano, expresso, por exemplo, em Emílio de Rousseau. Progressivamente, ocorreu uma mudança a respeito da educação, um novo impulso. Com Kant e, depois, com Herbart, a pedagogia toma contornos de ciência, prática e teoria, a arte e o saber tendo como fundo o serviço primário de promover a moralidade e a felicidade do povo. A religião era ensinada como forma de educar para a humildade, a generosidade, a paciência, o equilíbrio, a piedade (...). É interessante verificar que “na organização da escola infantil é a família que solicitava a presença de elementos religiosos, por fazer bem às crianças. Formar o bom cristão, fiel a Deus e ao Imperador, têm-se mostrado historicamente uma ferramenta que valida a utilização da religião na função educativa, desde a Imperatriz Teresa da Áustria (1717-1780). (c Catarino & Junqueira, 2015b, p. 138).

Catarino e Junqueira ao trabalharem a comparatividade do ensino religioso entre Portugal e Brasil destacaram as alterações que foram ocorrendo nos contextos confessional e formal nas escolas Públicas e Privadas de Portugal:

(...) São muitos os exemplos de ilustres membros de algumas sociedades europeias que revolucionaram seus países e quiçá uma boa parte da Europa com a figura do “clero como formador, a fim de preparar o cidadão cristão e força de trabalho apta para as mudanças testemunhadas pela sociedade da época, tornando a religião um elemento auxiliar de governança”. Outra importante mudança era a inclusão de todas as pessoas na escola pública, independentemente de credo religioso. Entretanto, “o Estado, que vinha progressivamente descobrindo o papel da escola como instrumento de domínio político e social, tomou medidas sempre mais significativas para organizar e controlar a educação, ocorrendo, por sua vez, desencontros com a Igreja, que viu seu domínio desaparecendo (...), assim, a sociedade investe em um projeto educativo sempre mais articulado e complexo, para formar um ser humano-cidadão, com a Igreja preocupando-se em catequizar o cristão” (...). Em Portugal, a Concordata assinada entre o Estado português e a Santa Sé, em 1940, e posteriormente revista em 2004, suporta juridicamente e legitima a Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) nos estabelecimentos de ensino público não superior. Dessa forma, o Estado português comprometeu-se a, no âmbito da liberdade religiosa e no seu dever de cooperar com os pais na educação dos filhos, garantir o ensino da EMRC sem qualquer tipo de discriminação. Além disso, deve ser respeitado o caráter facultativo desse ensino e garantida a salvaguarda das competências da autoridade eclesiástica, no que diz respeito à apresentação, escolha e manutenção ou exclusão dos professores, e à definição de conteúdos a ministrar (conforme Artigo 19). (...). (Catarino & Junqueira, 2015c, p. 139)

Tendo em conta a dimensão histórica e social em que se enquadra a disciplina da EMRC no contexto português, a sua organização corria o risco de concorrer no espaço religioso católico com a catequese oferecida pelas igrejas, mas sendo lecionada nas escolas de matriz laica (falámos sobretudo do ensino público), no entanto: “as novas regras exigiram e fizeram com que a disciplina ganhasse um maior reconhecimento, diferenciando-a, simultaneamente, da Catequese”, (Catarino & Junqueira, 2015d, p. 141), evitando, assim, a confusão que pudesse existir e autonomizando-se via elaboração de um programa nacional aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa e pelo Ministério da Educação, pelo qual os professores se devem reger e preparar as suas aulas.

5. O ensino religioso confessional e o não confessional em Portugal e a sua importância nas escolas

De acordo com Pinto (2012a, p. 11-30) “desde os anos 70 que se sente em quase todos os países europeus a necessidade de equacionar a escola em contexto laico e não confessional, significando com isso nem uma ostracização da religião, como se ela não existisse, nem uma escola onde todas as confissões pregam a sua doutrina, mas sim uma escola onde se aprende a compreender todas as religiões. Pinto (2012b)⁸, citando a leitura do Relatório Debray (2002), refere que:

(...) O processo de amadurecimento e implementação de medidas nesse sentido foi lento e não linear. Em França, em 2003, um dos marcos decisivos foi o documento de François Baroin de âmbito parlamentar, apontando 16 tópicos a implementar no que diz respeito à laicidade do Estado e ao seu posicionamento face ao universo das religiões. O texto centra-se fundamentalmente na escola: é pela instituição escolar que todos desejamos que os jovens adquiram certo grupo de valores e de práticas cívicas, é na instituição escolar que depositamos todo um largo conjunto de anseios, de desejo de soluções que cada vez mais a sociedade e a família não apresentam de forma eficaz (...). Neste sentido, como vimos, a urgência sentida em Portugal por uma solução que embora, seja opcional para as escolas, é um complemento de mais-valia, tanto pela sua necessidade cultural que vai desde compreender algumas das mais importantes diferenças de mentalidade de grupos humanos nos quais se espelham muitos dos conflitos ao longo da história, bem como pela dimensão cívica enquanto tomada de decisões conscientes, relativamente às várias confissões de fé que se encontram na sociedade portuguesa, e pelas competências sociais de reconhecimento da diferença e da diversidade como processo de desenvolvimento numa sociedade (...). (Debray, 2002).

Ao respeitarmos a liberdade religiosa consagrada na Constituição Portuguesa por um lado e, por outro, considerando a atual situação do ensino religioso no país, verificamos que existe um afastamento progressivo deste tema histórico-social que atinge toda a sociedade portuguesa, motivado quer pelas opções individuais de cada cidadão, quer pelas suas heranças familiares, fazendo sentido, voltar às considerações de (Catarino & Junqueira, 2015e, p. 142-143):

⁸ Pinto, M. Paulo. (2012). Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano XI, 2012 / n. 16/17. p.11-30. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4264/o_ensino_da_religiao_na_escola_laica.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 ago. 2018.

(...) No espaço escolar público verifica-se uma prevalência da confissão católica, seja pelo facto de a maioria da população se afirmar como católica (números que tendem a descer), seja pela forte influência que a Igreja Católica tem no Estado português (...). Verificamos que na atualidade, essa visão de natureza confessional predomina no ensino religioso português, uma vez que “de acordo com o estabelecido, a disciplina visa dar uma chave cristã para a leitura da realidade por parte dos alunos”, (...). Em Portugal, a EMRC materializa esse Ensino Religioso Escolar em uma disciplina curricular concreta, com programa definido e aprovado pelo Ministério da Educação, com ensino em horário escolar (à exceção do primeiro ciclo, no qual aparece na 26^a hora), sistema de avaliação, e docentes aptos profissionalmente para o ensino. A disciplina reveste-se, dessa forma, de um estatuto reconhecido (...). A relação entre o Ensino Religioso Escolar e a catequese – conforme o Diretório Geral da Catequese – é aquela de distinção e complementaridade (...). Apesar deste modelo confessional ser bastante seguido na Europa, a Declaração de Toledo (2008) alerta para a necessidade de o Ensino Religioso Escolar adotar uma perspectiva o mais alargada e global possível, considerando a necessidade de os jovens compreenderem a função que cumprem as religiões no mundo plural de hoje” (...) “deve-se levar em conta o fenómeno migratório que se vive atualmente, aprofundando o conhecimento das religiões, o que não garante, por si só, uma maior tolerância e respeito, mas é certo que a ignorância aumenta a probabilidade de mal-entendidos, da criação de estereótipos, além do aumento e prevalência de conflitos”. (CATARINO & JUNQUEIRA, 2015e, p. 142-143)

Tomando como exemplo dessa “tendência de descida e também de oscilação dos números” de alunos inscritos na disciplina de EMRC oferecida pelo Estado para o território português, apresentamos os dados encontrados por Gonçalves (2018) no território da Ilha do Funchal:

(...) No ensino público 257 292 alunos frequentaram, em 2016/2017, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). No total do país, o 3.^o ciclo foi o que teve mais alunos inscritos (115 918) na disciplina cujo programa é definido pela Igreja Católica, mais especificamente pelo Secretariado Nacional para a Educação Cristã. Se tivermos em conta o ensino particular, os números mostram que o 3.^o ciclo continua a liderar com 7 606 alunos a frequentar a disciplina em escolas não católicas, o mesmo acontecendo nas escolas católicas onde EMRC contou com 17 266 inscritos. No que diz respeito à Diocese do Funchal os números do Secretariado Nacional para a Educação Cristã mostram que no ano de 2016/2017, num universo de 12 483 alunos, 5 055 frequentaram a disciplina, sendo que o maior número de inscrições foi no 2.^o Ciclo (2 586), isto nas escolas estatais. Se analisarmos os dados referentes às escolas católicas, os dados voltam a mostrar que o 3.^o ciclo registou o maior número de inscrições – 1 058 – ficando-se o 2.^o ciclo pelas 772. Mesmo assim e numa altura em que se diz que a disciplina tem vindo a perder alunos, no caso da Diocese do Funchal a mesma aparece com mais inscritos do que as Dioceses, por

exemplo de Beja, Bragança – Miranda e Guarda. O mesmo acontece nas escolas particulares católicas. Relativamente aos docentes, e no que às escolas estatais diz respeito, os dados do Secretariado Nacional para a Educação Cristã revelam que na Diocese do Funchal existem 46 professores de EMRC, 31 dos quais fazem parte do Quadro, 15 são contratados e do total cinco são diretores de turma. Nas escolas católicas existem mais 13 docentes o que perfaz um total de 59. Refira-se que a matéria de EMRC está preparada para ser lecionada em todos os anos da escolaridade obrigatória, mas por regra apenas começa a fazer parte do currículo no 2.º ciclo. Como os alunos podem optar entre frequentar e não frequentar a disciplina e o seu próprio amadurecimento cria condições diferentes, os temas são abordados várias vezes ao longo da escolaridade. (Gonçalves, 2018).

Tendo em conta a tendência apresentada e que matiza a realidade do ensino confessional em Portugal, surgiu a motivação para a criação do presente projeto-piloto que, tendo sido aplicado numa escola privada com um projeto educativo muito específico, foi possível uma adaptação convergente entre os objetivos do curriculum desenhado para o efeito e a matriz educativa da escola como descritos na sua caracterização apresentada no trabalho que ora apresentamos.

6. “Religiões do Mundo”: Valores, Espiritualidade e Religiões (V.E.R.)

6.1. Projeto Pedagógico e Cívico – O Contexto

Estudar o fenómeno religioso é essencial para que as crianças e jovens, bem como os professores, tenham capacidade para corretamente apreenderem a realidade nas suas múltiplas dimensões e complexidade que acontecem não só fora da escola, como inclusive dentro dela. Um sólido conhecimento, não apenas de uma História das Religiões, mas das suas dinâmicas e implicações na atualidade, afirmam-se como potenciadoras de uma participação cívica mais consciente diante dessas realidades.

É com base nesta quase constatação, cimentada pela necessidade de hoje se compreenderem os extremismos, por um lado, e os novos movimentos religiosos, por outro, que em muitos países se tem equacionado um campo de trabalho sobre as Religiões na Sociedade em especial a partir das suas instituições públicas. Temos presente que a importância de um projeto pedagógico e cívico inclusivo que abranja toda a sociedade e as suas comunidades de ensino e aprendizagem/formação numa linguagem pedagógica e formativa e que assuma o trabalho destes valores/fenómenos é tão maior quanto a necessidade de capacitar cidadãos para o entendimento das realidades diversas que se cruzam em conceitos como valores, espiritualidade e religiões. Este entendimento é basilar numa lógica democrática de vivência e convivência, que advém de uma prática

de responsabilidade social/comunitária e em especial esse direito/dever que é a liberdade.

Este projeto não é só um projeto meta-pedagógico é sim, e sobretudo, um projeto desenhado para comunidades e metas sociais que direcionem uma ação pública.

A promoção do diálogo entre a investigação e as religiões é feita de um modo neutro, mas ativo, não abdicando dos valores de participação e cidadania. Neste contexto, o grupo de investigação que deu forma a este projeto, e que é formado por uma equipa multidisciplinar de especialistas em história, educação, filosofia, sociologia, pedagogia entre outros apoios técnicos, move-se pela convicção de que através de um trabalho sobre as realidades dos valores, espiritualidade e religiões, se promove a cidadania, possibilita a formação de valores cívicos; de melhores cidadãos, mais conscientes, participativos e livres.

A área científica de Ciência das Religiões tem estado atenta a esta realidade desde 2002, tendo marcado um compromisso através do dossier «Gerações, Valores e Identidades Religiosas», no 2º vol. da Revista Lusófona de Ciência das Religiões, na qual se aprofunda e é lançada a discussão sobre a temática.

6.2. O papel das autoridades locais como parceiros dinamizadores de formação cívica

Em Portugal, como vimos, o ponto da situação a partir da revolução de Abril de 1974, o papel do Estado em contexto das confissões religiosas nas questões educativas é equacionado e a Constituição pós revolução já apresenta, de forma simples, a relação entre o Estado e as confissões religiosas (artigo 13.2). É garantida a Liberdade de consciência, religião e culto (art. 41.5); 43.9, e a questão do ensino é equacionada no art. 43.9, garantindo a não confessionalidade do ensino estatal. Mas só na viragem do milénio surge a lei da Liberdade Religiosa, que, não obstante todos os seus méritos, em nada veio alterar a situação da(s)religião(ões) na escola.

No entanto, a necessidade de conhecimento do universo religioso a partir de uma perspectiva neutra, faz-se sentir de forma premente, primeiro pela sua necessidade cultural, como por exemplo, como entender um museu de arte sem uma significativa cultura que integre conhecimentos dos horizontes religiosos, espirituais e místicos? Como compreender algumas das mais importantes diferenças de mentalidade de grupos humanos, nas quais se espelham muitos dos conflitos recentes? Como compreender as relações internacionais do mundo em que vivemos sem recorrer à compreensão dos horizontes religiosos?

Depois, pela dimensão cívica. Conhecer as religiões e espiritualidades é fornecer ferramentas de compreensão do mundo que possibilitam a tomada de partido, a reflexão,

o crescimento da cidadania participativa e consciente. A formação cultural em religiões não se encerra dentro dos limites dos credos. A falta de cultura religiosa desenraíza e faz perder uma certa noção de si. Mais que conhecimentos, se trata de marcas da humanidade; mais-valias geradas ao longo de milénios de criação cultural, de criação de formas de estar e de crescer. Seja-se crente ou não, a religião encontra-se em cada gesto que fazemos. De todas as religiões somos devedores, e de todas, herdeiros.

Ainda como argumento importante em questões de conhecimentos sobre os fenómenos religiosos, as competências sociais, como o reconhecimento e a compreensão da diferença e da diversidade, é o que nos torna capazes de verdadeiros diálogos que possuem reconhecidamente uma efetividade superior à mera tolerância.

Mais do que tolerar, o estudo das religiões promove o reconhecimento, a aceitação (e a apreciação!) do que é comum, mas também do que é diferente naturalmente sem cair na relativização nem abdicar dos valores próprios.

No processo escolar, é natural o desenvolvimento de competências relacionadas com o aprendizado individual e em grupo com base na reflexão, no questionamento, na investigação, a partilha, o debate, assim como de outras, que potenciam necessariamente o sucesso escolar nas restantes disciplinas, como a capacidade de expressão, de análise e interpretação, de pensamento abstrato, de raciocínio lógico.

Mas, fundamentalmente trata-se de promover o desenvolvimento da consciência pelo que ela implica. A religião não é assunto só de e para religiosos: a todos deve merecer atenção. Não é necessário ser ateu para ter um correto discurso sobre religião, tal como não é necessário ser religioso para conseguir transmitir conhecimentos do mesmo foro.

Em suma, não se pode desejar que a escola anule, num sentido positivista a religião, nem se pode esperar que esta última submeta a instituição escolar aos seus desígnios. Nenhum dos desequilíbrios seria correto e desejável.

Posto isto, o sentido de urgência com que a área de Ciência das Religiões, se fez pensar numa disciplina como a de “Religiões do Mundo” aqui tratadas, necessitava igualmente, de parceiros que acolhessem o projeto, mas que de igual forma, também fosse parceiros com as suas autarquias, ou seja, que tivessem o respaldo do poder local enquanto interessados em assumir um compromisso com o universo escolar comunitário, uma vez que para se colocar um projeto como este, a área da Ciência das Religiões, necessitaria da cooperação das políticas locais para o efeito.

De acordo com as políticas nacionais vigentes em Portugal em contexto de Educação, Formosinho & Machado (2013, p. 36) referem que:

(...) A ligação da escola ao território e a consideração de diversos estabelecimentos escolares no espaço concelhio sugerem a necessidade de coordenação local da educação e

para a constituição de um órgão local com “funções de consulta, de apoio, de dinamização e de coordenação educativa a nível concelhio”, previsto já pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988:165-166) e referido no “regime de autonomia, gestão e administração” das escolas como “conselho local de educação” a criar por iniciativa do município enquanto “estrutura de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais” (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio, artº 2º). A Lei nº 159/99, de 14 de setembro, refere igualmente que a sua criação é da competência de cada município (artº 19º, nº 2) e o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, regulamenta esta “instância [local] de coordenação e consulta”, denominando-o como Conselho Municipal de Educação. A este órgão compete deliberar sobre o acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa, a apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município, a adequação das modalidades de acção social escolar (nomeadamente apoios educativos, transportes escolares e alimentação) às necessidades locais, intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar, programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos e medidas de desenvolvimento educativo (apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, organização de actividades de complemento curricular, qualificação escolar e profissional dos jovens e promoção de ofertas de formação ao longo da vida, desenvolvimento do desporto escolar, bem como apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania). Formosinho & Machado (2013, p. 36).

Neste sentido, o papel das Autarquias como entidade administrativa e dotada de autonomia ultrapassa o da gestão de serviços públicos e especifica-se nos planos e metas que desenha para as comunidades que representa.

Hoje "É necessário dotar os jovens e adultos com as ferramentas necessárias para poderem exercer, civicamente, o seu papel democrático nas comunidades onde estão inseridos, nas sociedades em que estão integrados e numa Europa onde queremos ver promovidas a coesão social, a igualdade e o diálogo intercultural."(Rio, 2010, p. 841), o que, como multiplicidade de desafios, constitui um investimento de saberes e recursos que garantam, a estes ideais, as competências e ferramentas que exigem.

Desta forma, as Autarquias assumem um papel de excelência na dinamização da formação para o cidadão e justifica a sua própria estrutura e o da convivência democrática.

Assim, este projeto-piloto foi possível de ser realizado com sucesso, devido a parceria entre a Escola “Os Aprendizés” e a Universidade Lusófona, apoiada pela Autarquia do Concelho de Cascais, conforme o protocolo estabelecido apresentado a seguir, quadro 1. Projeto Pedagógico e Cívico – o protocolo.

Quadro 1. Projeto Pedagógico e Cívico – o Protocolo

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ÁREA DE ESTUDOS DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, E A ESCOLA OS APRENDIZES

A Área de Estudos de Ciência das Religiões, integrada na Faculdade de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), entidade titulada pela COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL, pessoa colectiva n.º 501679529, com sede na Avenida do Campo Grande, n.º 376, 1749-024 Lisboa, Portugal, neste acto representada pelo Senhor Presidente da Administração, Prof. Doutor Manuel de Almeida Damásio;

e a Escola “Os Aprendizes”, pessoa colectiva n.º 507672933, localizada na Rua de Santana, 1696, 2750-833 Cascais, neste acto assumido por Sofia Borges Chaves Costa, na qualidade de Directora da escola, consideram que ambas as instituições têm afinidades que resultam de interesses comuns baseados no humanismo, no conhecimento científico e na construção de um mundo mais consciente;

Atendendo a que as partes pretendem reconhecer e aprofundar laços pedagógicos e científicos,

É celebrado o seguinte Protocolo de Cooperação, através do qual as respectivas instituições se comprometem a promover, na medida das suas possibilidades científicas, logísticas e financeiras avaliadas em cada momento, as seguintes actividades:

1. A área de Ciência das Religiões da ULHT formula e disponibiliza uma Unidade Curricular sobre religiões - na vasta acepção histórica, literária, filosófica, mas também no sentido da dimensão social e cultural da actualidade – , designada como «Religiões do Mundo», e disponibiliza o enquadramento e a direcção científica, teórica e pedagógica, assim como a planificação anual, para a Escola «Os Aprendizes», sem prejuízo de poder vira a disponibilizar o mesmo material a outras instituições de ensino;
2. A Área de Ciência das Religiões da ULHT disponibiliza um docente, Mestre ou Mestrando em Ciência das Religiões, que leccionará a referida disciplina aos 5º e 6º anos nos anos lectivos 2015/2016 e 2016/2017, na Escola «Os Aprendizes»;
3. A Escola «Os Aprendizes» integrará a disciplina «Religiões do Mundo», fornecida científica e pedagogicamente pela área e Ciência das Religiões da ULHT, como disciplina semanal do seu currículo dos 5º e 6º anos;
4. A Escola «Os Aprendizes» integrará o docente disponibilizado pela área de Ciência das Religiões da ULHT, suportando as despesas de transportes (xx €) por aula) e honorários (xx € por aula de xx minutos);
5. Ambas as instituições poderão utilizar as referências a esta colaboração nas suas apresentações institucionais, nas redes sociais e demais formas de divulgação.

O cumprimento deste Protocolo efectuar-se-á através de acções consensualmente acordadas, expressas, nomeadamente, em documentos autónomos ou protocolos adicionais.

Este Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, salvo denúncia escrita, com a antecedência de 3 meses, por qualquer das Partes.

Assinado em Lisboa, aos 23 dias do mês de Julho de 2015, em três vias de igual teor e forma.

Direcção da COFAC

Professor Doutor Manuel de Almeida Damásio

6.4. Caracterização da Escola “OS APRENDIZES”

A proposta para adesão ao “Projeto Religiões do Mundo” foi proposto às escolas do concelho de Cascais e de Lisboa, onde obtivemos uma resposta positiva da escola “Os Aprendizizes”, que apostou na aplicação do projeto piloto por fazer sentido dentro do seu curriculum escolar, assim, faz-nos sentido também, apresentar as características da escola enquanto colaboradora no projeto, bem como os resultados obtidos na disciplina “Religiões do Mundo” direcionada aos alunos do 5º e 6º anos, porque entendemos que as características dessa escola encontram eco nos pressupostos do projeto, por isto estes dados acerca da escola poderão ser representados por ela própria através da sua página eletrónica (www.osaprendizes.pt):

A Escola: Visão, Missão e Valores – “Os Aprendizizes são uma escola inclusiva, estando aberta a todas as crianças, qualquer que seja a sua raça, nacionalidade, condição social ou religião, independentemente das suas aptidões intelectuais, artísticas, físicas ou outras. A nossa resposta é para pré-escolar, 1º e 2º ciclo (até ao 6º ano). (...). Temos como Visão contribuir para uma sociedade de seres humanos confiantes, seguros, responsáveis, interventivos e respeitadores. Sendo a nossa Missão: 1) Apoiar as crianças para que felizes, cresçam intelectual, emocional, espiritual e fisicamente; 2) Respeitar a individualidade de cada criança assumindo-nos como parceiros no seu percurso de aprendizagem e 3) Promover o envolvimento dos pais, familiares e restante comunidade escolar no processo educativo das crianças. E os nossos Valores: Respeito, Honestidade, Tolerância, Espírito de entreaajuda, Iniciativa e Envolvimento.

A Pedagogia: Liberdade, Respeito, Desenvolvimento e Envolvimento - “Como pedagogia, temos como princípios orientadores: 1) Visão da criança, 2) Respeito pela individualidade de cada criança e 3) Visão holística de cada criança. A escola enquanto organismo vivo foi-se desenvolvendo e adaptando uma pedagogia própria. Inspiramo-nos em várias pedagogias, pedagogos e pensadores, mas acima de tudo no que as nossas crianças vão trazendo e manifestando. Promovemos: 1) Liberdade: Cada criança é uma criança, sendo respeitada e valorizada pela sua individualidade. Esta máxima está presente em todas as decisões possíveis da nossa vida escolar. (...) a adaptação à alimentação da escola

é feita ao ritmo de cada um, há espaço para que cada um desenvolva as suas habilidades e competências em diferentes ritmos e graus, são encorajados a expressar livremente as suas crenças e fé, ou a ausência delas, respeitando-se todos os deuses, fadas e duendes, a diferença é assumida mas nunca realçada negativamente, enfim, cada um é respeitado por quem é; 2) Respeito: Sendo o respeito o nosso principal pilar, praticamo-lo e incentivamos a sua prática constantemente. (...) 3) Acompanhamento do Desenvolvimento: A equipa de sala e a equipa multidisciplinar acompanham o desenvolvimento de cada objetivo promover o envolvimento dos pais e familiares no processo educativo das crianças, pois desta forma estaremos a contribuir para a estabilidade e segurança afetiva da criança. (...). Em 2010 criámos a Associação de Pais para promover a participação dos pais nos assuntos de dia-a-dia da escolar (...). Temos ainda como Atividades de Enriquecimento Curricular: oficina dos sons, inglês, espanhol e alemão, educação física, yoga, expressão musical, expressão plástica, expressão dramática, filosofia, meditação, trabalhos manuais, horta & culinária, lar e música além de outras atividades extras curriculares. Relativamente ao corpo docente, contamos com uma equipa pedagógica e terapêutica multidisciplinar com profissionais das áreas da psicologia (clínica e educacional) para o acompanhamento e desenvolvimento holístico das crianças. criança, observando-o à luz de indicadores de desenvolvimento CORE. (...). Envolvimento: o papel dos adultos é fundamentalmente o de agir como parceiros da criança e facilitadores das “experiências-chave”, e não como supervisores. (...) Os nossos professores/educadores, além de licenciados nas áreas em que lecionam, têm formação específica na abordagem High/Scope, e os que estão connosco desde o início estiveram durante um ano letivo a estagiar na Escola Raiz, no Restelo, que já implementa o modelo há vários anos. Os que entraram posteriormente fazem sempre estágio acompanhado aqui na escola antes de assumirem sozinho uma turma. Toda a equipa recebe formação contínua nas áreas comportamental, pedagógica e técnica de interesse para o desenvolvimento contínuo do seu desempenho”.

Há que referir que a Escola "Os Aprendizes", a qual nos referimos neste trabalho, é uma cooperativa de ensino que possui claras inspirações no Movimento Escola Moderna, na Pedagogia Waldorf e no Método Highscope.

Abordamos de forma prática os principais conceitos inspiradores destes métodos com os quais a Escola “Os Aprendizes”, reforçam os seus métodos de ensino, nas reflexões encontradas em (Gomes, 2014, p. 13-15):

(...) O modelo High/Scope, nascido nos Estados Unidos da América, nos anos sessenta do século XX, afirma-se com a sua expressão “aprendizagem activa” (Brickman e Taylor, 1996; Epstein, 2003) e com a defesa de um tempo diário na rotina da turma para o «planear-fazer-rever» (idem). Na linha de Piaget, este modelo defende a promoção de atividades de aceleração (experiências-chave) que ajudem as crianças a progredir ao estágio seguinte de desenvolvimento. O momento de excelência da diferenciação, na rotina diária proposta pelo modelo, é o tempo do «planear-fazer-rever», também conhecido, entre nós, como o tempo de «Trabalho Individual». (...) Por sua vez, o modelo do Movimento da Escola Moderna, desenvolvido em Portugal desde os anos sessenta, inspirando-se nos movimentos dos seguidores das propostas de Freinet, assenta na aprendizagem cooperativa e apresenta como momento de excelência para a Pedagogia Diferenciada o «Tempo de Estudo Autónomo». (...) Ambos os modelos defendem a existência de momentos diários de trabalho diferenciado, de acordo com os interesses, necessidades, ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. O High/Scope tem uma visão mais individualista e coloca uma tónica no papel do professor enquanto promotor das atividades junto dos alunos. O modelo do Movimento da Escola Moderna afirma-se mais pela gestão cooperativa de tudo o que diz respeito à vida da turma, com a participação ativa do aluno. (Gomes, 2014, p. 13-15).

Para abordar os pressupostos da Pedagogia Waldorf, buscamos no trabalho de (Marinis, 2015, p. 11-12), uma breve reflexão sobre esta pedagogia:

(...) A Pedagogia Waldorf baseia-se no conhecimento do ser humano a partir da Antroposofia, concebendo o homem como uma unidade harmônica, físico-anímico-espiritual. Neste princípio, é fundamentada toda a prática educativa. (...) O sistema educativo da Pedagogia Waldorf vem de 1919, e diferencia-se de outras teorias pedagógicas por basear-se numa profunda observação do “ser criança” e das condições necessárias para o bom desenvolvimento delas. Desta forma, o trabalho da Pedagogia Waldorf, se estrutura a partir da análise das dimensões do ser humano, tomando por base seu desenvolvimento. A evolução humana, e cada influência que o Ser humano sofre nas diferentes etapas da vida, devem ser consideradas e trabalhadas de maneira equilibrada dentro desta Pedagogia, para que possa contribuir efetivamente como desenvolvimento das crianças. (...) Se organiza quanto à educação, dando importância às fases do desenvolvimento humano em setênios – períodos de sete em sete anos - o currículo é elaborado de acordo com o desenvolvimento de cada fase. Na Educação Infantil, o convívio com a natureza é oportunizado, havendo um trabalho de preparação para a

aprendizagem, onde há atividades que priorizam a fantasia e criatividade. (...) É característica da Pedagogia Waldorf a intenção de proporcionar ao aluno o desabrochar de suas capacidades, auxiliando, para que cada um seja capaz de tomar a vida nas próprias mãos. A Pedagogia Waldorf foi apontada pela UNESCO, como a Pedagogia capaz de responder aos desafios educacionais, principalmente nas áreas de grandes diferenças culturais. Visto que, seus princípios podem ser implantados em diversas realidades. Destaca-se que a Pedagogia Waldorf tem potencial para atender a diversidade, encarando-a como uma riqueza, valorizando as diferenças, partindo do pressuposto que todo ser humano com a correta orientação, pode se desenvolver. Marinis (2015, p. 11-12).

6.5. A disciplina de “Religiões do Mundo – V.E.R”

Como já referido, a disciplina «Religiões do Mundo: Valores, Espiritualidades e Religiões» tem a sua gênese na área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona, num contexto de abordagem isenta, neutra e equidistante ao “fenómeno Religioso”, onde o “ceticismo metodológico” e o pensamento crítico se une a uma praxis de respeito pelo “outro”, do “diferente” e numa assumida participação para a Cidadania no século XXI, a partir da noção de que “não se pode falar de cidadania sem se falar de religião”.

A disciplina enquadra-se ao abrigo da autonomia da escola e assume-se como uma disciplina autónoma, científica, não confessional, tendo sido desenhada, não para competir com os programas de outras unidades curriculares, como Educação Moral e Religiosa, mas precisamente para as complementar, trabalhando outros conteúdos e temáticas. A disciplina, para melhor apreensão e articulação de conteúdos pode ser compreendida em torno dos três eixos fundamentais, “Valores”, “Espiritualidades”, “Religiões” (V.E.R.), conforme as seguintes propostas de definição:

1. **Valores** – não se entende aqui com este termo o ensino moral na aceção tradicional de inculcar noções de um código moral ou de adesão a princípios externos. A partir da investigação reflexiva, tendo como ponto de partida a sensibilidade ao “valor” humano, à empatia e à consciência da dignidade inerente ao ser humano, procura-se aqui estimular a aperceção do(s) sentido(s) ético(s) na consciência própria para uma aplicabilidade na vida individual e no organismo social em geral. Promove-se assim a sensibilização à vida em geral numa aceção ecológica de igualdade de direito, à vida humana em particular, bem como o desenvolvimento ou o

aprofundamento de critérios fundamentais para o exercício do pensamento crítico aplicado aos eixos temáticos seguintes (Espiritualidades e Religiões).

2. ***Espiritualidades*** – a proposta de utilização deste termo implica a noção clara das suas implicações. Oferece dificuldades e um sentido de responsabilidade pedagógica extremos, dado o facto de ser incipiente o trabalho académico definidor do seu sentido ontológico, insuficiente para ser considerado um termo “técnico”, sem qualquer ambiguidade ou sentidos vários. Porém, considerando que nem facilitaria a criação de um termo novo, nem nos interessa desistir de trabalhar no específico âmbito que aqui apresentamos, sustentamos a utilização do termo para designar o âmbito “interior”, daquilo que é o espontâneo eixo de sentido subjetivo pessoal organizador da experiência e da realidade, dador de sentido à vida e às coisas. Este âmbito compreende a experiência da “sacralidade” e do “mistério” da vida, a experiência subjetiva do símbolo, da alegoria, e da formulação das questões clássicas: Quem sou eu, de onde venho, para onde vou (e das eventuais respostas individuais). Em suma, qual é o meu lugar no cosmo (universal, social, etc.). As implicações do desenvolvimento deste âmbito não se esgotam no universo das religiões – bem pelo contrário: é importante aqui frisar as possibilidades de expressão de espiritualidades agnósticas, ateias, etc.
3. ***Religiões*** – consideramos que é importante que este eixo assente no obtido nos eixos temáticos anteriores, muito embora, na prática a abordagem dos 3 eixos não seja sequencial, mas numa simultaneidade articulada em torno de momentos específicos ao longo das aulas ou de uma mesma aula. Deste modo cremos poder abordar o fenómeno religioso com a compreensão e respeito pelo “outro”. Nesta linha apresentaremos o fenómeno religioso a partir de três abordagens inter-dependentes: a) a atualidade a partir da experiência pessoal e do universo social dos alunos no seu contacto com manifestações religiosas distintas – incluindo as características e manifestações culturais diversas em cada religião, como crenças e hábitos distintivos; a desconstrução dos preconceitos, estereótipos e lugar-comuns (a distinção entre o que caracteriza a religião

e o que caracteriza os grupos culturais e étnicos por vezes associados); b) as ideias, os relatos e os mitos da religião no tempo, a sua conceção do transcendente, seus mensageiros, seus livros (se for o caso), mensagem, princípios, práticas e principais tradições. Procura-se que os aspetos filosóficos decorram em articulação com as experiências e conclusões relativas aos eixos 1 e 2 e, ainda filosoficamente, que as descrições de cada religião sigam um esquema-tipo (apresentação tipológica, quadros de ideias, etc.), que permita alguma visão comparativa, e c) historicamente haverá a preocupação de facilitar a visão dos principais marcos numa linha cronológica não só de cada religião, mas de todas as religiões abordadas, de modo a dar visibilidade aos acontecimentos no tempo, com as suas simultaneidades e paralelismos, ou continuidades ou disrupções. Também a perceção no espaço será facilitada pela indicação no mapa, da origem e das movimentações de expansão e contração dos movimentos religiosos. Serão dados exemplos claros de momentos de confronto e conflito mas também dos períodos históricos de tolerância e de convivência entre as distintas religiões.

7. A Metodologia e os Métodos

7.1. Metodologia

“Religiões do Mundo: Valores, Espiritualidades, Religiões” é uma disciplina proposta a todas as escolas e para todos os anos, com um programa de metodologia pedagógica definidos no âmbito da formação para a Cidadania, e com uma relação estreita, a partir do 3º ciclo, com os programas de História e Filosofia dos mesmos anos. A abordagem é multidisciplinar, sendo um dos eixos fundamentais o conjunto de propostas teórico-práticas consignadas nos termos «Filosofia para Crianças» e «Filosofia com Crianças», assim como o de abordar exercícios práticos de tradições meditativas e contemplativas (e.g. mindfulness).

É uma metodologia com base na ação que se utiliza de módulos para cada ação. Assim, no projeto-piloto que apresentamos, estão contemplados alguns módulos de acordo com a temática a ser desenvolvida dentro da disciplina de “Religiões do Mundo”.

7.2. O Método por Módulos

O Módulo consiste num encontro de entre 2 a 3 horas de duração, onde foi desenvolvido um conjunto de atividades de debate filosófico, de expressão artística e de jogos lúdicos de sensibilização com até ao máximo de 30 alunos, no 1º e 2º ciclo; ou cerca de 40, no 3º ciclo e Secundário. São 4 módulos diferentes, um para cada ciclo (incluindo o Secundário). Por via lúdica e audiovisual foram partilhados conteúdos sobre diversidade religiosa, a tolerância e o diálogo. Foram desenvolvidas dinâmicas práticas formativas do âmbito da Filosofia para/com Crianças, nas linhas de (Lipman, 1990, 1997, 2003) e (Kohan, 2000), adaptadas a cada escalão etário. Tiveram como tema principal: “Quem somos nós e quem são eles”.

Sendo que no Módulo do 1º ciclo: “Quem somos nós e quem são eles”. Este módulo, não tendo sido aplicado no ano piloto, foi no entanto desenvolvido e preparado para como parte integrada global da proposta pedagógica deste projeto que se quer como uma resposta completa para cada ciclo de ensino. Desta forma, proposta do módulo para o 1º Ciclo foi desenvolvida as seguintes modalidades: crianças e/ou jovens dispostos em Círculo para a leitura de um conto maravilhoso; jogo de recortes; descrição gradual da história de 4 ou 5 crianças, uma de cada religião diferente, centrada nos hábitos mais externos da sua religião e cultura (como vestem, o que comem, como festejam o sagrado, o espaço/templo), e alguma crença expressa de forma natural.

O momento da história daria seguimento a partilha "tesouros do coração" entre os alunos – a) mostrando um recorte de revista de cada menino/a, tem de adivinhar qual é quem/de que religião, b) dos vários recortes de imagens (templos, comidas, objetos de culto, etc.) têm de os fazer coincidir com cada criança. Ainda neste módulo, propomos o Jogo das danças do mundo, onde uma aparelhagem/sistema de som tocaria aleatoriamente danças das tradições referidas no jogo anterior.

Todos são convidados a dançar e na dança devem seguir um percurso (previamente demarcado no espaço onde decorre a atividade). A cada pausa da música, todos devem ficar "congelados" no local e posição do momento, e a quebra desta regra remeteria o aluno para o ponto de partida do percurso. O final deste encontro, culminaria com os alunos em círculo e de mãos dadas novamente

para a última leitura, desta vez de um texto ou poema que se foque numa mensagem de valor pacífico como a esperança.

Para o Módulo do 2º ciclo: “Quem somos nós e quem são eles”. Este módulo, aplicado no projeto piloto, iniciou-se com uma apresentação em círculo, seguida por uma leitura de um texto de literatura alusivo a uma vivência espiritual, propostos por (Ende, 1973). A atividade seguinte foi um Jogo de recortes indicado para o 2º ciclo. Seguiu-se a descrição gradual da história de 4 ou 5 crianças, uma de cada religião diferente, centrada nos hábitos da sua religião e cultura (como vestem, o que comem, como festejam o sagrado, o espaço/templo), E as suas melhores esperanças (redenção, libertação, aperfeiçoamento, etc.). A história terminou com a partilha "tesouros do coração" entre os alunos – a) mostrando um recorte de revista de cada menino/a, tem de adivinhar qual é quem/de que religião, b) dos vários recortes de imagens (templos, comidas, objetos de culto, etc.) têm de os fazer coincidir com cada criança. De seguida realizou-se um Jogo das cadeiras com danças do mundo: enquanto a aparelhagem/sistema de som tocava aleatoriamente danças das tradições referidas no jogo anterior, todos dançavam e quando a música parava, todos tinham de se sentar numa cadeira respetivamente. Quem não tivesse assento passava para o círculo exterior e continuava a dançar. No final deste módulo, fez-se novamente um círculo, de mãos dadas e em simultâneo fez-se a Leitura de um texto, de esperança e maravilhamento do "sagrado laico" retirado da literatura de divulgação científica adequada ao contexto.

7.3. Os Objetivos dos Módulos

Os Módulos de Atividades dos 1º, 2º ciclos, foram desenvolvidos sob o mesmo tema: “Quem somos nós e quem são eles”, assim, embora as atividades possam ser semelhantes, o que se procurou trabalhar com as leituras adequadas as faixas etárias correspondentes aos ciclos, foram:

1º Ciclo – a) O Círculo, de mãos dadas e a leitura de um texto da literatura mística de alguma religião, tem como objetivo além da observação da natureza (a beleza, a criação e a origem das coisas) contida em alguns dos textos, também a responsabilidade cívica e a integração que se poderá relacionar aos personagens trazendo-os para a vida quotidiana. Também para trabalhar com as crianças e jovens, noções de religião e do universo religioso, bem como noções de

espiritualidade. Estas noções podem desenvolver ou estimular nas crianças e jovens, focos positivos como o reconhecimento e a atitude positiva perante o mundo, ainda a colaboração, partilha em grupo e a capacidade de expressão, b) Os debates, podem promover diálogos saudáveis de compreensão sobre o que representa ser religioso e o que representa não ter nenhuma confissão de fé, c) os exercício e reflexão sobre expiração/inspiração com música e dança podem promover o sentido de aproximação com o outro.

Em suma, às três componentes de exercício básico para o trabalho aplicado às crianças e adolescentes participantes do projeto puderam fazê-los refletir e pensar e experiência de cada um. Contudo, os objetivos essenciais do projeto foram os de motivar os alunos para uma participação de cidadania na comunidade global, no conhecimento da Carta dos Direitos Humanos e do fenómeno religioso na sua diversidade. Dotar os alunos de ferramentas e capacidades de pensamento reflexivo, análise crítica e de sensibilidade, consciência de si mesmo e do fenómeno religioso, desde o 1º ciclo, seguindo-se para os demais ciclos.

Assim, é importante referir também as características da Escola “Os Aprendizes”, como uma escola modelo no país, onde o sucesso do projeto pode ser verificado, não só pela perceção dos profissionais da escola (direção, professores, técnicos, etc.), como também pela perceção que tivemos através da aplicação de um questionário aos pais dos alunos, após o término do projeto.

7.4. As Metas Curriculares da disciplina “Religiões do Mundo – VER”

No Quadro 1. Metas Curriculares para o Ano Letivo 2015-2016 da disciplina “Religiões do Mundo – VER”, apresentamos a título de exemplo os conteúdos, os objetivos e os descritores que foram ministrados nas aulas no 1º Período de aplicação da disciplina na Escola “Os Aprendizes”.

Quadro 2. Metas Curriculares para o Ano Letivo 2015-2016 da disciplina “Religiões do Mundo – VER”

Conteúdos	Metas Curriculares	Experiências Educativas	Nº de Aulas (45 min)
	Objetivos e Descritores		
1. <i>Conceitos de religião, de espiritualidade e de valores</i>	<p>1. Compreender o significado da espiritualidade, dos valores e das religiões e identificar as suas manifestações no meio em que vive e na sua própria vida pessoal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar manifestações religiosas e de espiritualidade no meio em que vive (que religiões conhece e que formas de espiritualidade) • Relacionar de forma crítica o sentido etimológico de “religare” com as religiões e formas de espiritualidade que conhece. • Identificar em si mesmo valores de “consciência”. • Aperceber nos exemplos conhecidos do seu universo de experiência que existem diferenças e semelhanças entre as várias religiões. 		
2. <i>Tolerância e Convivência</i>	<p>2. Compreender as noções de tolerância e convivência e a génese dos esforços mundiais nesse sentido.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender e identificar a partir do seu conhecimento da atualidade e da História que existem dificuldades na aceitação do “outro”, diferente. • Compreender a dinâmica de tolerância versus intolerância pela incompreensão e não aceitação da diferença. 		
3. <i>Património de Mitos e Narrativas e seus conceitos</i>	<p>3. Perceber a noção de incoerência entre os ideais mais espirituais de uma religião e a sua prática contraditória nos valores aplicados pela cultura e pelos povos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser capaz de refletir de forma crítica sobre a noção de “Convivência” entre religiões diferentes e sua aplicabilidade nas sociedades. • Identificar e propor formas de convivência. 		
3.1. <i>A Religião Hindu</i>	<p>3.1 Identificar os textos sagrados hindús e compreender os principais conceitos e narrativas fundadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brahma, Vixnu e Xiva. • Atman e a reencarnação. • O Karma e A libertação. • Krishna, Arjuna e a Guerra de Kurukshetra • Prática devocional, Yoga, meditação, os chakras 		
... <i>continuação</i>			

<p>3.2. A Religião Budista</p>	<p>3.2 Identificar os textos sagrados budistas, principais conceitos e narrativas fundadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • História de Sidharta Gautama • Dharma e libertação • Os apegos • As 4 Nobres Verdades • O Caminho Óctuplo 		
<p>3.3. A Religião Judaica</p>	<p>3.3. Identificar os textos sagrados judaicos, principais conceitos e narrativas fundadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • História de Abraão • História de Moisés • O Deus Vivo. • A Aliança; • O Messias 		
<p>3.4. A Religião Cristã</p>	<p>3.4. Identificar o texto sagrado cristão, principais conceitos e narrativas fundadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A História de Jesus • Jesus é Deus; • O Pai o Filho e o Espírito Santo 		
<p>3.5. A Religião Muçulmana</p>	<p>3.5 Identificar o texto sagrado muçulmano, principais conceitos e narrativas fundadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A História de Maomé; • Não há Deus senão Deus, e Maomé é o seu profeta. 		
<p>4. Razão, Crenças e Ciência</p>	<p>4. Ser capaz de refletir no papel da razão, do sentido racional, no desenvolvimento da religião, na espiritualidade e nos valores, bem como a sua relação com a ciência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender e operar com o conceito de interpretação dos textos sagrados. • Identificar na experiência própria, a relação da “inteligência do coração” com a inteligência lógica, racional, da cabeça. • Compreender o conceito de Ciência. 		

8. Parecer dos Encarregados de Educação: o Inquérito

Este inquérito, realizado com a ferramenta automática do Google para o efeito, foi enviado para 13 pais de alunos da escola “Os Aprendizês”, tendo sido recebidas 13 respostas válidas, durante um mês (entre setembro e outubro de

2016). O inquérito teve como objetivo, por um lado avaliar a receptividade do tema “Religiões do Mundo” como uma disciplina opcional nas escolas e, por outro lado, avaliar a viabilidade de ser aplicada em outros projetos da Área da Ciência das Religiões.

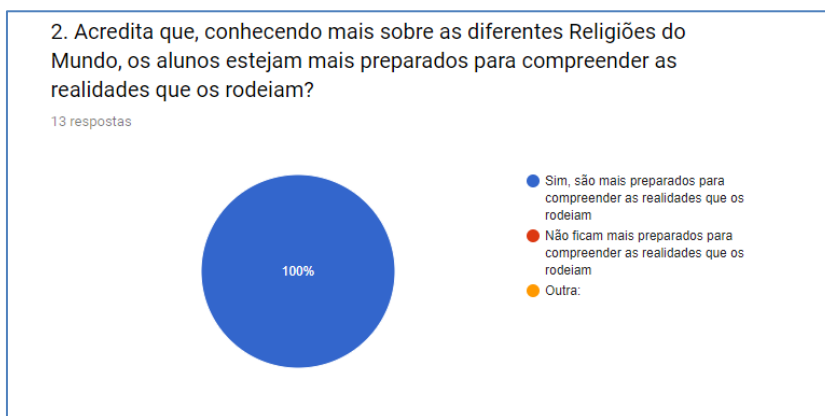
De acordo com o número de inquéritos recebidos, percebe-se em primeiro lugar que as respostas alcançaram 100% (cem por cento) de respostas, não constando nenhum dos inquéritos sem resposta, conforme apresentamos:

Gráfico 2. Considera pertinente uma disciplina como a "Religiões do Mundo"?



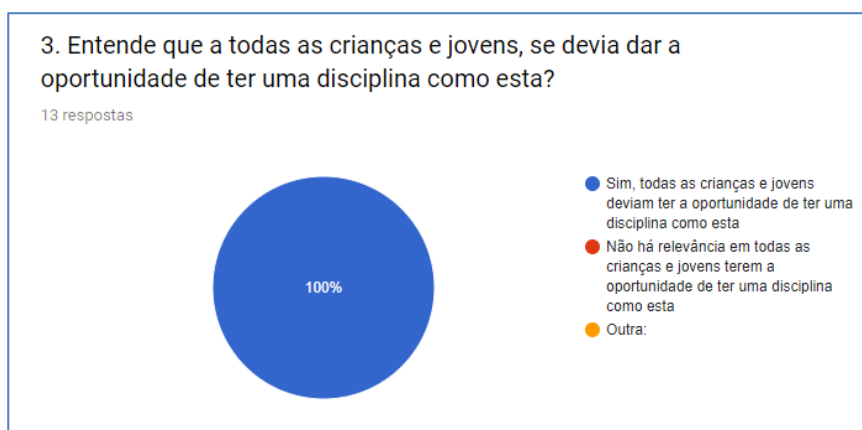
Na questão nº 1 – Considera pertinente uma disciplina como a "Religiões do Mundo", obtivemos 46,2 % de pais que responderam «ser pertinente», contudo, 53,8% dos pais de alunos da Escola “Os Aprendizés”, consideram ser «muito pertinente» a disciplina. Esta questão nos impulsiona a replicar o projeto para outras escolas no país, o que para nós, do projeto, esta «pertinência» indica que há uma necessidade de complementar a disciplina de EMRC oferecida pelo Estado em Portugal.

Gráfico 3. Acredita que, conhecendo mais sobre as diferentes religiões do mundo, os alunos estejam mais preparados para compreender as realidades que os rodeiam?



Sendo as respostas à questão nº 2 – Acredita que, conhecendo mais sobre as diferentes religiões do mundo, os alunos estejam mais preparados para compreender as realidades que os rodeiam? – fundamental para o nosso projeto, uma vez que ela é a base da nossa proposta, obtivemos 100% de aceitação da disciplina por parte dos pais. Este resultado fomentou as nossas convicções de que o projeto deveria obter parcerias para ser aplicado nas escolas do país, pelo facto de contribuir para a elucidação de questões de cidadania e civismo a vários níveis.

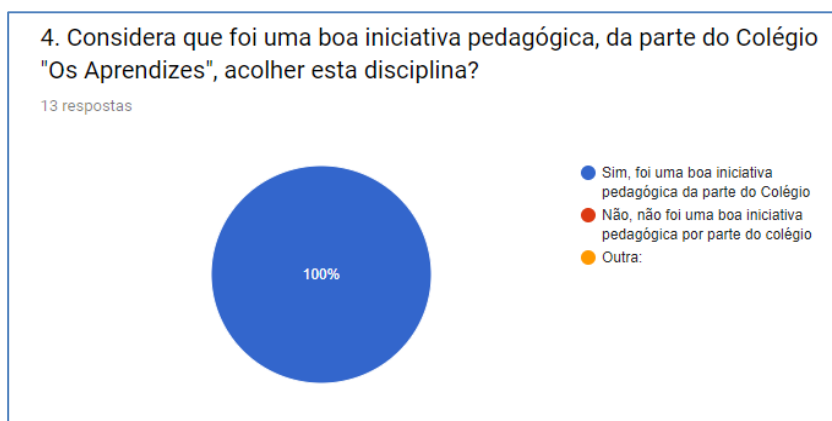
Gráfico 4. Entende que a todas as crianças e jovens, se devia dar a oportunidade de ter uma disciplina como esta?



Na questão nº 3 – Entende que a todas as crianças e jovens, se devia dar a oportunidade de ter uma disciplina como esta? Obtivemos 100% de respostas afirmativas – «Sim» – o que nos leva a acreditar que estamos no bom caminho junto à sociedade para dar a oportunidade de outras crianças, jovens e também

professores conhecerem outras realidades religiosas através do projeto que se pretende ampliar para outras escolas do país, incluindo as escolas públicas.

Gráfico 5. Considera que foi uma boa iniciativa pedagógica, da parte do colégio "Os Aprendizes", acolher esta disciplina?



De acordo com a Missão, a Visão e os Valores pressupostos pelo Colégio “Os Aprendizes”, a resposta nº 4 – Considera que foi uma boa iniciativa pedagógica, da parte do colégio "os aprendizes", acolher esta disciplina? – consideramos que esta resposta obteve sucesso, pelos 100% de respostas positivas, levando-nos a acreditar que outras escolas também poderão acrescentar este projeto aos seus pressupostos, que só enriqueceriam e ampliariam os seus Valores.

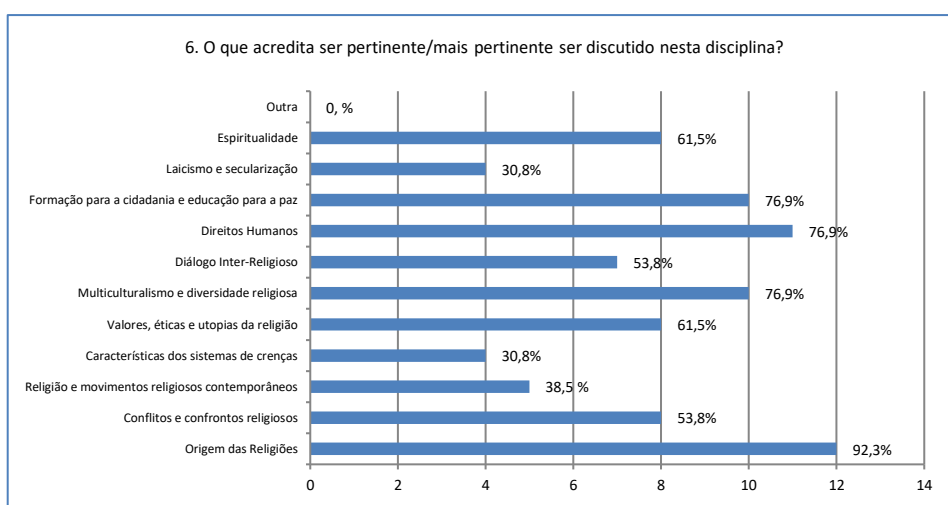
Gráfico 6. A disciplina "Religiões do Mundo" foi de encontro às tuas expectativas e discutiu temas que te parecem relevantes?



Para o projeto, é muito importante a resposta dos pais à questão nº 5 – A disciplina "Religiões do Mundo" foi de encontro às tuas expectativas e discutiu

temas que te parecem relevantes? – uma vez que acreditamos termos escolhido e optado por apresentar aos alunos, realidades do quotidiano com as quais eles se deparam dentro e fora de suas famílias, comunidades e na sociedade em geral. Neste sentido, a aprovação de 100% à opção «sim, a disciplina “Religiões do Mundo” foi de encontro às minhas expectativas e discutiu temas que me parecem relevantes», desafia-nos a cada vez mais estarmos atentos aos temas atuais.

Gráfico 7. O que acredita ser pertinente/mais pertinente ser discutido nesta disciplina?



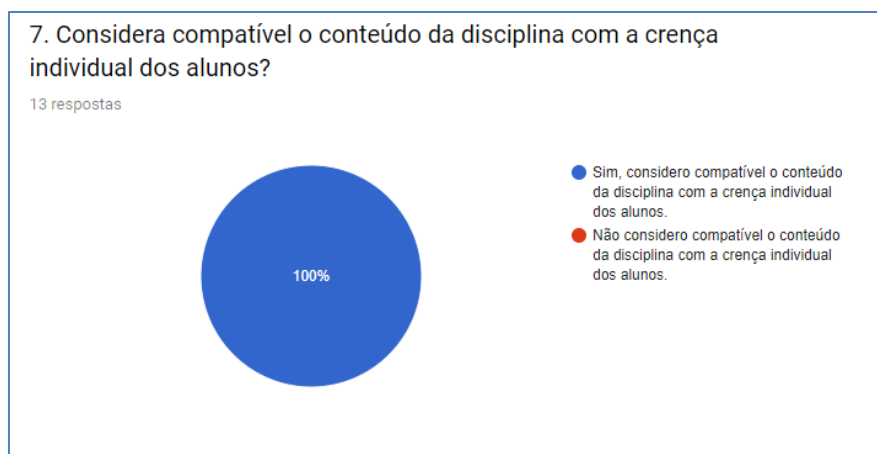
A questão nº 6 – O que acredita ser pertinente/mais pertinente ser discutido nesta disciplina? – composta por algumas opções onde se pedia para marcar tudo o que fosse aplicável, estas são algumas das respostas mais importantes para nós e que importa nos debruçarmos mais nas suas representações. Uma vez que cada uma das opções nos davam oportunidades de obtermos respostas de trabalho para as necessidades de temas que devem ser abordados pelos alunos, pelos profissionais da educação e também pelos pais. As questões de maiores destaques, por exemplo, como as “Formação para a Cidadania e Educação para a Paz, os Direitos Humanos, o Multiculturalismo e Diversidade Religiosa e as Origens das Religiões, espelham a própria disciplina, como podemos observar no **Quadro 1. Metas Curriculares para o Ano Letivo 2015-2016 da disciplina “Religiões do Mundo – VER”**, ora apresentado neste trabalho.

Em termos percentuais obtivemos os seguintes resultados para: Origem das religiões = 92,3%, Conflitos e confrontos religiosos = 53,8%, Religião e

movimentos religiosos contemporâneos = 38,5%, Características dos sistemas de crenças = 30,8%, Valores, éticas e utopias da religião = 61,5%, Multiculturalismo e diversidade religiosa = 76,9%, Diálogo Inter-religioso = 53,8%, Direitos humanos = 76,9%, Formação para a cidadania e educação para a paz = 76,9%, Laicismo e secularização = 30,8%, Espiritualidade = 61,5%, Outra = 0%.

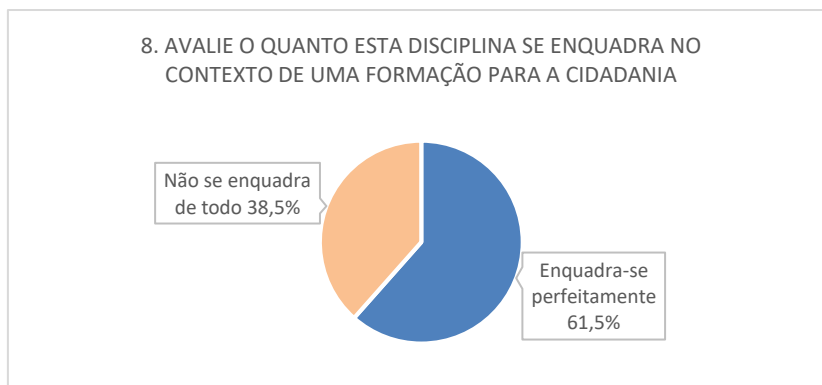
Diante das opções com maiores percentagens positivas, como as «origens das religiões, o multiculturalismo e a diversidade religiosa, a formação para a cidadania e educação para a paz, percebemos que os pais encontram no projeto, temas que suscitam relevantes debates devido serem fraturantes em quase todas as sociedades ocidentais.

Gráfico 8. Considera compatível o conteúdo da disciplina com a crença individual dos alunos?



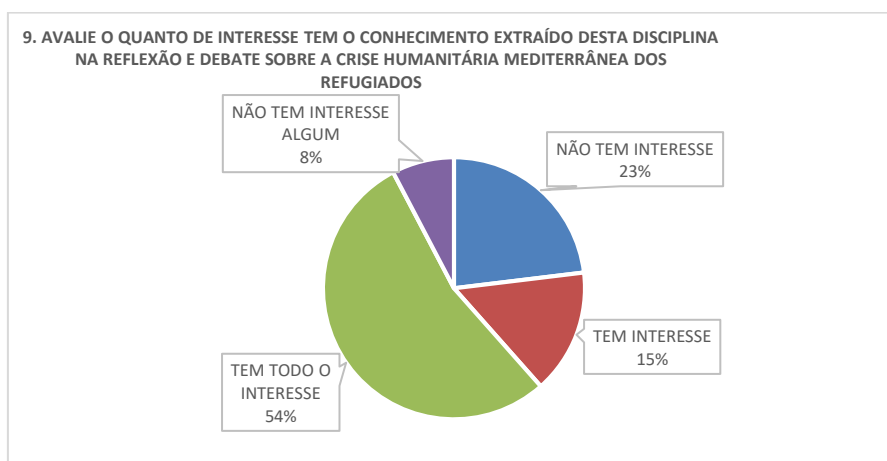
Na questão nº 7 – Considera compatível o conteúdo da disciplina com a crença individual dos alunos? Foi muito importante para o projeto, perceber que o objetivo maior proposto foi atingido com uma resposta de 100% na opção: “Sim, considero compatível o conteúdo da disciplina com a crença individual dos alunos”, uma vez que sendo as ações do projeto voltadas para as elucidações acerca das religiões de modo não confessional, era importante que as mesmas não ferissem suscetibilidades.

Gráfico 9. Avalie o quanto esta disciplina se enquadra no contexto de uma formação para a cidadania.



Na questão nº 8 – Avalie o quanto esta disciplina se enquadra no contexto de uma formação para a cidadania. Esta questão está diretamente relacionada com as opções que o poder político que as Autarquias exercem nos seus concelhos, onde podem verificar e avaliar os seus investimentos em contexto da educação para que haja um retorno de cidadãos mais amigos e responsáveis, de forma não só local, como também global. Assim, obtivemos como respostas, que 61,5% dos pais, referem que a disciplina se «enquadra-se perfeitamente» e, 38,5% deles, referem que «não se enquadra de todo». Neste sentido, percebemos não só o quanto a disciplina contribuiu para a reflexão em contextos de cidadania, mas também o quanto ainda há lugar para se aprofundar e desenvolver questões acerca do conceito de cidadania.

Gráfico 10. Avalie o quanto de interesse tem o conhecimento desta disciplina na reflexão e debate sobre a crise humanitária mediterrânea dos refugiados.



A questão nº 9 – Avalie o quanto de interesse tem o conhecimento desta disciplina na reflexão e debate sobre a crise humanitária mediterrânea dos

refugiados – foi uma questão pertinente para avaliarmos o quanto uma disciplina baseada nas informações acerca das religiões pode contribuir para que os alunos reflitam sobre temas atuais vividos um pouco por todo o mundo e que podem nos afetar direta ou indiretamente. Assim, foi interessante saber que: 53,8% tem todo o interesse, 23,1% tem interesse, 15,4% tem algum interesse e 7,7% não tem interesse.

NOTAS FINAIS

Os objetivos do projeto-piloto “Religiões do Mundo: Valores, Espiritualidades e Religiões” aplicado na Escola “Os Aprendizes”, visam formar crianças e jovens que possam ser cidadãos mais conscientes da Liberdade que exercem em Portugal, um país laico, movido por pessoas de todo o mundo, quer pelo acolhimento migratório, quer pelo turismo ou mesmo pelos seus cidadãos que com esta liberdade podem usufruir das suas confissões de fé livremente. Contudo, é preciso compreender como é que de modo não confessional, mas com respeito a todas essas confissões de fé existentes no país, que se diz “tão pequeno geograficamente”, mas que é considerado um “gigante” por todos os desafios que apresenta e que tenta ultrapassar, seja com suas políticas sociais ou com o modo particular como cada cidadão os resolve, a instituição escolar na atualidade, conduz o seu modelo de ensino.

Um destes modelos, como é o caso da escola em epígrafe, ao aceitar a parceria com a Ciência das Religiões, contribuiu para que este projeto-piloto se certificasse de que os métodos aplicados no 5º e 6º anos do ensino escolar, baseados nas atividades propostas pela disciplina de Religiões do Mundo, são viáveis e podem sim, podem ser aplicados em outras escolas privadas ou públicas que tenham como objetivo maior o desenvolvimento holístico dos seus alunos, como se observou pelos conceitos dos modelos expostos.

Foi possível sim, através de métodos próprios aqui apresentados e articulados com os métodos da Escola anfitriã, desenvolvidos por uma equipa multidisciplinar motivada acima de tudo pelo respeito às diversas confissões de fé em primeiro lugar e, em segundo aos modelos já existentes no país sem querer competir com a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) oferecida pelo Estado às escolas de todo o país, complementá-la de modo a não ferir susceptibilidades nem causar mais confusões e conflitos às crianças e jovens

que delas necessitam para terem a liberdade de crescerem cidadãos que respeitam outros cidadãos, porque é só (re)conhecendo “Quem somos nós e quem são eles” – título das dinâmicas aplicadas nos módulos do 5º e 6º anos da Escola “Os Aprendizes”, que podemos fomentar a cidadania.

Com este intuito, nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017 sob três pilares básicos: cultural, cívico e social, as crianças e jovens da Escola “Os Aprendizes”, tiveram a oportunidade de conhecer e adquirir competências sociais para compreenderem algumas das mais importantes diferenças de mentalidades de grupos humanos muitas vezes causadora de confrontos e conflitos: quem são eles e quem somos nós. Deste trabalho, resultou como peça fundamental, as respostas dos pais dos alunos, obtidas através de um inquérito, cujos resultados, muito satisfatórios foram apresentados aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATARINO, Fernando & JUNQUEIRA, R. Sérgio. *Ensino religioso: concepções e compreensões – Portugal e Brasil*. In: Ciências da Religião: história e sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 136-164, jan./jun. 2015. (2015).

DEBRAY, Règis. *L'enseignement du fait religieux dans l'école laïque: rapport au Ministre de l'Éducation Nationale*. Pref. Jack Lang, Paris, Odile Jacob, (2002).

ENDE, Michael. (1973). *MOMO*. Lisboa: Editorial Presença. (1973).

FORMOSINHO, João & MACHADO, Joaquim. A regulação da educação em Portugal: do estado novo à democracia. In: *Educação: Temas e Problemas – A Escola em Análise: olhares sociopolíticos e organizacionais*. Revista do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. (2013).

GOMES, H. Mário. *Os Modelos Pedagógicos HighScope e do Movimento da Escola Moderna: Propostas de Pedagogia Diferenciada*. Porto: Edição Ecopy. Disponível em: <file:///C:/Users/ritar/Downloads/OsModelosPedaggicosHighScopeedoMovimentodaEscolaModerna.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GONÇALVES, Luisa. *Disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica frequentada por mais de 257 mil alunos em Portugal*. Jornal da Madeira. Disponível em: <http://www.jornaldamadeira.com/2018/01/20/disciplina-de-educacao-moral-e-religiosa-catolica-frequentada-por-mais-de-257-mil-alunos-em-portugal/>. Acesso em: 05 ago. 2018.

KOHAN, W. Omar (Org.). *Filosofia para Crianças na Prática Escolar*. Petrópolis, Editora: Vozes, (2000).

LIPMAN, MATTHEW. *A Filosofia vai à Escola*. São Paulo: Summus editorial. (3^a ed). (1990).

LIPMAN, MATTHEW. *Natasha, Diálogos Vygotskianos*. São Paulo: Editora: Artes Médicas. (1997).

LIPMAN, MATTHEW. *Thinking in Education*. Cambridge: University Press. (2003).

MARINIS, P. L. LUARA. *A Educação Infantil sob a perspectiva da Pedagogia Waldorf*. (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Ciências Júlio de Mesquita Filho. Departamento de Educação. Bauru: Campus Universitário. Orientação de Vera Lucia Messias Fialho Capellini, (2015).

PINTO, M. Paulo. *O ensino da Religião na Escola Laica: uma leitura do “Relatório Debray”*; Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano XI, 2012 / n. 16/17 – 11-30. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/3806/2541> Acesso em: 12 jun. 2018.

PINTO, M. PAULO et al. *A Percepção da Liberdade Religiosa em Portugal entre as Lideranças Evangélicas*. In: Revista REVER, PUCSP. no Prelo.

REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES. *Gerações, Valores e Identidades Religiosas*. Dossier no 2º vol. (2002).

RIO, Olinda, M. M. *Aprender a viver a democracia – novas realidades, novos horizontes*. In: Revista Debater a Europa, nº 2/3, Jan/Dez. (2010).

Outras Leituras

FIER – Fórum Internacional do Ensino Religioso – Lisboa, 9 a 13 de maio de 2015.

MONTESSORI, Maria. *A Educação e a Paz*. São Paulo: Papirus Editora. (2004).

REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES. *A Religião na sala de aula, um debate sobre o Ensino Religioso*. Dossier no 12º vol. (2007).

REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES. *Laicidade, Liberdade Religiosa e Ensino Religioso: Perspectivas etno-históricas e Religião Educação e Sociedade*. Simpósios temáticos no I Congresso Internacional de Ciência das Religiões-Lisboa 9 a 13 de maio de 2015. (2015).